

Nos fios de uma trama esquecida: a evolução da indústria têxtil paulista nas décadas de 1930 e 1940

Felipe Pereira Loureiro
Mestre em História Econômica - USP

1. Introdução

Estudar a formação das indústrias têxteis domésticas é, de certa maneira, estudar o próprio processo de industrialização local. Um dos primeiros ramos fabris a se desenvolver no Brasil, as fábricas de tecidos possuíam, no final da década de 1940, juntamente com as produtoras de alimentos e bebidas, a maioria dos estabelecimentos, do capital empregado, do número de operários e dos valores produtivos fabris nacionais¹.

Dentre as unidades têxteis internas, destacavam-se, desde os anos (19)10, as paulistas. Quase 30% daquelas, em 1928, estavam localizadas no Estado de São Paulo, o qual também concentrava aproximadamente 27% do capital investido e mais de 34% do número de operários². Pensando-se apenas na indústria estadual, vê-se também que a preponderância da de tecidos era evidente. Em 1928, as empresas têxteis concentravam mais da metade do montante de capital investido e do número de operários do total de São Paulo³. Nesse sentido, pode-se dizer que essas empresas perfaziam, no final dos anos (19)20, o principal ramo fabril do mais importante estado manufatureiro nacional. Analisar sua evolução é, portanto, bastante representativo para se compreender a dinâmica das próprias fábricas locais agregadas. Não há dúvida de que foi por esse motivo que tantos estudiosos se debruçaram sobre o tema⁴.

¹ Ver *Recenseamento Geral de 1950*.

² *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1928, p. 01-07.

³ Para maiores informações sobre a concentração industrial paulista e sobre as razões do crescente domínio fabril de São Paulo perante a Capital Federal, ver: Wilson Cano. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª Edição. Ed. da Unicamp, Campinas, 1998 e Paul Singer. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968.

⁴ Destacam-se, nesse sentido: Maria Izilda de Matos. *Trama e poder. Um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo / 1889-1934)*. SESI-DN, Brasília, 1994; Fábio Ricci. *Origens e aspectos do desenvolvimento das indústrias têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha*. Tese de doutoramento, FFLCH / USP, 2002; Maria Alice Rosa Ribeiro. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. Editora da Unicamp/Huitec, São Paulo, 1998; e Flávio Rabelo Versiani e Maria Teresa R. Versiani. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: Flávio Rabelo

Verifica-se, porém, que a maioria dos trabalhos sobre a indústria têxtil paulista centrou suas atenções no período que transcorre da constituição desse parque fabril (final do século XIX) até a crise de 1929. Com a exceção de um artigo escrito por José Mendonça de Barros e Douglas Graham - o qual, segundo os próprios autores, tinha a pretensão apenas de “introduzir” o tema⁵ -, não há trabalhos empíricos que tratem, especificamente, da evolução dessas fábricas a partir da Depressão (1929-1932)⁶.

Esta lacuna historiográfica, no entanto, pode ser esclarecida. Até o final dos anos (19)20, percebe-se que o desenvolvimento da indústria doméstica resumiu-se, em grande parte, à instalação de fábricas produtoras de bens de consumo não-duráveis (tecidos, alimentos, sapatos, chapéus, fumo, moagem de cereais, etc.). Foi apenas na década de (19)20 que se verificou uma leve diversificação industrial interna, em razão do crescimento de ramos fabris do Departamento I. A partir de 1929, essa tendência foi acentuada. Observou-se, desde então, crescimento mais significativo dos ramos ditos *pesados* em detrimento dos chamados *leves*. Entre 1919 e 1939, por exemplo, o índice de elevação do produto real das empresas fabris de bens intermediários (340%) e de bens de capital e de consumo duráveis (1392%) foi muito superior ao das indústrias de bens de consumo não-duráveis (222%)⁷. Iniciava-se, dessa forma, um processo substitutivo de importações que englobava não apenas produtos de baixo valor agregado, mas também bens fundamentais para a manutenção da industrialização local (siderurgia, metalurgia, química, produção de máquinas, dentre outros). Por esse motivo, os estudos realizados sobre a indústria brasileira após 1930 centraram-se, quase que exclusivamente, na análise desses ramos *pesados*⁸. No máximo, considerações de caráter genérico foram feitas sobre

Versiani e José Mendonça de Barros (Org.). *Formação Econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. Edição Saraiva, São Paulo, 197, pgs. 121-142.

⁵ José Roberto Mendonça de Barros e Douglas H. Graham. A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928-1937. In: *Revista Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, n. 11 (1), abril.1981, pp. 79-105.

⁶ Encontram-se, apenas, estudos de caráter genérico, os quais analisam superficialmente a evolução da indústria têxtil doméstica no período aqui focado. Exemplo desses tipos de trabalho é a boa síntese de Stanley Stein. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.

⁷ Wilson Cano. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)*. Ed. da Unicamp, Campinas, 1998, p. 380.

⁸ Ver, por exemplo: Wilson Suzigan. *Indústria brasileira. Origens e desenvolvimento*. Ed. Huitec / Ed. da Unicamp, São Paulo, 2000; Wilson Cano. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)*, op. cit; Barjas Negri. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1889-1990)*. Editora da Unicamp, Campinas, 1996; Sônia Draibe. *Rumos e metamorfoses. Estado e*

os ditos *leves*. Estes, entre os quais se inclui o têxtil, foram, em grande parte, marginalizados pelos estudiosos.

No entanto, apesar do crescimento das fábricas de tecidos ter sido menor do que o das *indústrias pesadas* pós-1929, o ramo têxtil continuaria a ser um dos mais importantes do Estado de São Paulo, bem como do país, até meados dos Novecentos. Em 1949, essas empresas concentravam 19,6% do valor de transformação industrial paulista, perdendo, apenas, para o ramo de bens alimentícios (20,5%)⁹. Afora esse aspecto, deve-se lembrar também que “(...) taxas de crescimento relativo podem ser enganadoras quando a base da qual se parte é muito estreita”¹⁰. Em outras palavras, não se podem comparar os altos incrementos ocorridos nesse período nas fábricas do Departamento I com os menores verificados nas do Departamento II. Isso acontece porque as *indústrias pesadas* locais praticamente não existiam antes de 1929. Assim, qualquer elevação quantitativa destas, por mínima que seja, geraria valores consideráveis quando observadas em taxas de crescimento relativo. No caso dos ramos *leves*, diferentemente, mesmo que ocorressem acréscimos de vulto em suas variáveis econômicas, eles não se mostrariam tão abundantes, se vistos por variação percentual.

Portanto, seja em razão da importância relativa do ramo têxtil paulista diante das *indústrias agregadas* locais, seja devido à lacuna de estudos empíricos sobre o tema, justifica-se a necessidade de um trabalho sistemático sobre as fábricas de tecidos do Estado de São Paulo no período posterior ao da Grande Depressão. O corte temporal deste artigo contempla as décadas de 1930 e 1940. A partir de 1950, as *indústrias pesadas* tomam definitivamente a dianteira do processo de industrialização doméstico, ganhando cada vez mais espaço perante as *leves*. Daí o porquê da análise se centrar até o final dos anos (19)40.

Avaliar as transformações ocorridas no ramo têxtil paulista entre as décadas de 1930 e 1940 é, portanto, um dos objetivos centrais desse breve estudo. Pensa-se, com

industrialização no Brasil: 1930-1960. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985; João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1994; Liana Maria Aureliano. *No limiar da industrialização*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981; Werner Baer. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.

⁹ Barjas Negri, op. cit., p. 104.

¹⁰ Paul Singer. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4. Ed. Difel, São Paulo, 1994.

isso, ser possível traçar, em razão da representatividade dessas fábricas no todo fabril estadual e nacional, um quadro mais amplo da própria indústria doméstica em um período tão importante da economia brasileira.

2- A participação das indústrias têxteis paulistas no agregado fabril estadual e nacional

As indústrias de tecidos paulistas perderam participação relativa no total fabril estadual entre 1928 e 1950. Vê-se que, das variáveis arroladas na Tabela 1, apenas no que se refere ao número de estabelecimentos houve elevação participativa das empresas têxteis. Nas restantes, notam-se quedas significativas. Em alguns casos, como no que condiz ao capital aplicado, a redução foi superior a 48%. Percebe-se, assim, que as taxas médias de crescimento do ramo têxtil paulista no interregno 1928-1950, apesar de terem sido consideráveis em diversos momentos (1933-1935; 1939-1945; e 1948-1950), foram menores do que as apresentadas pelas indústrias gerais do estado.

Tabela 1 – Participação relativa das indústrias têxteis paulistas no agregado fabril estadual (1928 e 1950), em %

	1928	1950
Estabelecimentos	3,8	6,2
Capital	42,6	21,8
Operários	45,7	29,1
Força Motriz	34,4	21,9
Valor da Produção	34,0	21,2

Fonte: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1928; e *Recenseamento Geral de 1950*.

Esses dados ratificam a principal característica do processo de industrialização doméstico a partir de 1929: o maior dinamismo dos ramos fabris ditos *pesados* em detrimento dos chamados ramos *leves*. Isso não significa, porém, que as fábricas de tecidos paulistas tenham apresentado queda produtiva nesse interregno. Pelo contrário, nas décadas de 1930 e de 1940, devido à Grande Depressão (1929-1932) e à ocorrência da Segunda Guerra Mundial - as quais, por fatores diversos, tornaram cativo o mercado interno para os produtores locais¹¹ -, estimulou-se domesticamente novo processo substitutivo de importações. O ramo têxtil paulista, em razão disso, apresentou notável

¹¹ Sobre isso, ver, principalmente, Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 27ª Edição. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 2000.

crescimento no interregno 1928-1950. O número de estabelecimentos ascendeu em mais de 480%; o capital real, em 180%; os operários empregados, em 109%; e, por final, o valor produtivo real, em 272%¹².

Essa notável ascensão produtiva das fábricas de tecidos de São Paulo não foi seguida, porém, pelas suas congêneres estaduais. Vê-se que aquelas aumentaram sua participação de maneira considerável diante destas entre 1928 e 1950 (Tabela 2). Antes da Grande Depressão (1929-1932), a liderança exercida pelas empresas paulistas perante suas concorrentes já era mais do que perceptível. Em 1950, no entanto, o cenário não era apenas de dianteira, mas sim de hegemonia. Mais da metade dos estabelecimentos, do capital aplicado e do valor de produção têxtil local encontrava-se em São Paulo. Percebe-se, portanto, que houve aumento da concentração espacial no ramo de tecidos nacional entre 1928 e 1950.

Tabela 2 – Participação das indústrias têxteis paulistas no agregado têxtil nacional (1928 e 1950)

	1928	1950
Estabelecimentos	28,6	52,0
Capital	27,3	56,1
Operários	33,5	45,9
Valor da Produção	44,0	58,9

Fonte: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1928; e *Recenseamento Geral de 1950*.

Esse processo se deveu a alguns fatores. Cita-se, em primeiro lugar, a crescente integração do mercado interno brasileiro, iniciado, de maneira substancial, apenas nos anos (19)30. Um dos aspectos que mais contribuíram para isso foi a abolição dos impostos interestaduais, efetivada durante a Era Vargas (1930-1945)¹³. Permitiu-se, a partir de então, a livre-entrada de bens e serviços entre as unidades federativas brasileiras.

Além desse aspecto, lembra-se também que, nesse período, já se iniciara uma considerável ampliação da infra-estrutura doméstica de transportes, principalmente rodoviária. Inúmeras estradas foram construídas durante os anos (19)30 e (19)40 na região Centro-Sul, entre as quais se destacaram: a Rio-Petrópolis; a São Paulo-Campinas;

¹² Ver: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1928 e *Recenseamento Geral do Brasil*, 1950.

¹³ Várias leis foram criadas abolindo os impostos interestaduais, mas a resistência dos estados ainda foi grande ao longo desse período. Apenas em 1943 tais impostos foram definitivamente extintos. Ver: Wilson Cano. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970 / 1970-1995)*. Ed. da Unicamp, Campinas, 1998, pp. 179-180.

a São Paulo-Rio; a nova São Paulo-Jundiaí; as vias Anchieta e Anhanguera e a Campinas-Ribeirão Preto¹⁴. Vale lembrar ainda que as melhores ligações terrestres entre as áreas interioranas paulistas para com a capital estadual permitiram, para além da integração mercadológica pura e simples, a incorporação de várias famílias rurais, antes voltadas apenas para suas respectivas subsistências, à economia de mercado¹⁵.

A integração dessas “ilhas regionais” em um todo nacional favoreceu enormemente a indústria têxtil paulista. Do ponto de vista tecnológico, estas eram, em média, superiores às suas concorrentes regionais. Os índices de produtividade comprovam essa supremacia. No ano de 1920, por exemplo, a relação produto-operário das fábricas de tecidos domésticas era de 6,61; já a das paulistas, 8,68¹⁶. Em outras palavras, o operário têxtil de São Paulo era mais produtivo do que o da média nacional. Da mesma maneira, a relação capital-produto das primeiras era de 0,96; das segundas, de 0,73¹⁷. Isto é, as fábricas internas precisavam utilizar mais unidades de capital para produzir tecidos do que as de São Paulo. Dessa maneira, se houvesse livre concorrência entre tais empresas (paulistas e as restantes dos demais estados), as primeiras, por questões técnicas, tendiam a predominar perante as segundas.

Além de mais produtivas, as indústrias têxteis de São Paulo, como já se mostrou anteriormente, concentravam grande parte dos estabelecimentos, capital aplicado, número de operários e valor produtivo domésticos no período pré-crise. As maiores empresas de tecidos de todos os setores encontravam-se no estado, o que permitia a elas ganhos em escala impossíveis de serem realizados pelas suas concorrentes de outras localidades.

Por último, lembra-se também a política proibitiva de importação de máquinas para o setor, implementada pelo Governo Federal durante o interregno 1931-1937¹⁸. A indústria de tecidos paulista aproveitou-se da impossibilidade das suas concorrentes regionais em modernizarem seus capitais constantes para conquistar seus respectivos mercados. Congelaram-se, com isso, posições relativas entre as unidades têxteis

¹⁴ Para maiores informações, ver: Josef Barat. O investimento em transportes como fator de desenvolvimento regional – Uma análise da expansão rodoviária no Brasil. In: *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1969.

¹⁵ Paul Singer. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: Boris Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4. Ed. Difel, São Paulo, 1994, p. 217.

¹⁶ *Sinopse do censo industrial e do censo de serviços*, p. 02-03.

¹⁷ Idem, op. cit., p. 02-03.

¹⁸ Decreto n. 19.739, 07.03.1931.

domésticas, favorecendo aquelas que possuíam melhor e maior aparelhamento técnico. Recorda-se, porém, que tal legislação permitia a substituição dos bens de capital obsoletos por outros tecnologicamente superiores, desde que a capacidade de produção da fábrica não fosse alterada. Assim, empresas pequenas, que não podiam desobstruir seu maquinário à espera de novos em razão do reduzido tamanho, viram-se impossibilitadas de se modernizarem. Já as fábricas grandes, cuja paralisação parcial de certos tipos de máquinas pouco influiria na produção agregada da mesma, podiam realizar tais modificações e, dessa forma, melhorar ainda mais sua produtividade. Além disso, a substituição de maquinismos antigos por novos só poderia acontecer com autorização do Ministério do Trabalho. Não há dúvida, portanto, de que as empresas localizadas próximas ao centro de poder político - notadamente as do Centro-Sul - e representadas por associações patronais muito influentes nas esferas governamentais (*Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro - CIFTA* - e *Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo - SIFTESP*) eram favorecidas com maiores autorizações pró-substituição do que outras que se encontravam longe da capital federal e cujos grupos patronais possuíam pouca inserção nos órgãos do Estado¹⁹.

Nesse sentido, pode-se observar, mediante análise dos dados do comércio de cabotagem (Tabela 3), o crescente domínio exercido pelas indústrias têxteis de São Paulo perante suas concorrentes estaduais. Entre 1933 e 1935, as exportações de tecidos paulistas aumentaram em mais de 50% (toneladas e em contos deflacionados). A partir de 1936, porém, houve retração nas vendas. Isso aconteceu, entre outros fatores, devido à gradual extinção - e, em 1937, ao término efetivo - da lei proibitiva da importação de máquinas para as indústrias têxteis domésticas. Assim, as fábricas dos demais estados

¹⁹ Exemplo máximo dessa influência das associações patronais do Centro-Sul dentro dos órgãos governamentais foi o caso do pedido de importação de 35 máquinas de fiar realizado pela *Cia. Brasileira de Linhas para Coser* junto ao Ministério do Trabalho em maio de 1934. Tal fábrica, pertencente à empresa britânica *Machine Cottons Limited*, começou a receber grande oposição das congêneres domésticas após sua tentativa, no final dos anos (19)20, de monopolizar o mercado de linhas de coser local, por meio de uma política de preços agressiva (caracterizada pelas demais fábricas de *dumping*) e da compra de concorrentes. O pedido da *Companhia*, inicialmente, tinha sido atendido pelo Ministério do Trabalho. A partir de então, o CIFTA e o SPITESP realizaram forte pressão sobre o Estado para impedir que se concretizasse essa autorização. Ao final, revogou-se o pedido citado. Para maiores informações, ver: CIFTA. *Memorial ao Ministro do Trabalho*, 02.05.1934 e 10.05.1934. Sobre as ações da *Companhia* nos anos (19)20, ver: Stanley Stein. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979, p. 149.

brasileiros puderam se reequipar e, portanto, suportar melhor a concorrência dos bens provenientes de São Paulo.

Tabela 3 – Exportação têxtil paulista por cabotagem discriminada por ramos – 1933-1939.

	1933*	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Algodão (ton.)	7.908	9.968	11.860	7.887	7.668	6.531	6.624
Algodão (contos D)	90.909	107.887	139.203	88.744	73.236	63.745	58.985
Lã (ton.)	259	393	542	342	351	507	413
Lã (contos D)	6.959	8.724	13.249	8.193	7.617	11.062	10.056
Seda (ton.)	226	293	474	417	397	624	143
Seda (contos D)	10.384	10.877	15.716	15.502	13.909	19.213	4.794
Total (ton.)**	8.393	10.654	12.876	8.646	8.416	7.662	7.180
Total (contos D)***	108.253	127.488	168.168	112.439	94.762	94.020	73.835

Fonte: *Comércio de Cabotagem pelo Porto de Santos, 1933-1939.* / * Infelizmente, não há dados desagregados para a exportação de cabotagem entre os ramos antes da crise de 1929. ** O total aqui mencionado refere-se apenas à soma das exportações dos tecidos de algodão, lã e seda. Os tecidos de juta, por exemplo, que também possuem participação nas exportações de cabotagem paulistas, não puderam ser agregados pela inexistência de dados no interregno 1936-1939, o que impossibilitaria a comparação deste com o período 1933-1935. *** Contos deflacionados. O deflator utilizado encontra-se em A. Villela e W. Suzigan. *Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973, pp. 412-454.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém, mudou novamente o quadro, favorecendo a indústria têxtil paulista em detrimento das demais. Mais uma vez houve séria restrição para a importação de máquinas. Todavia, diferentemente do período 1931-1937, essa limitação não ocorreu devido a uma legislação doméstica, mas sim ao próprio contexto global. As dificuldades de comercialização marítima e a impossibilidade dos países centrais, voltados para o esforço bélico, de produzirem bens de capital e intermediários na quantidade necessária às nações periféricas, acarretaram importantes mudanças. Mediante intensificação do uso das suas máquinas, a indústria têxtil paulista voltou a exportar consideráveis quantidades de tecidos para os demais estados do país (Tabela 4). Observa-se, no entanto, queda nas vendas dos artigos de seda natural. Esta se deveu, entre outros pontos, às dificuldades de obtenção de matérias-primas para a fabricação do *rayon* (seda artificial). Tais tecidos, dessa maneira, apresentando preços mais altos, destinaram-se principalmente às exportações (sejam domésticas, sejam internacionais), enquanto os artigos de seda natural voltaram-se para o abastecimento paulista. Com isso, solidificou-se ainda mais, no pós-guerra, a preponderância têxtil de São Paulo.

Tabela 4 - Exportações têxteis paulistas de cabotagem - Porto de Santos (1939, 1941-1944), em quilos

	1939	1941	1942	1943	1944
Algodão	6.624.000	12.939.707	8.380.907	6.343.770	9.687.191
Juta	2.571.387 (A)	1.514.962	1.977.943	180.927	1.030.760
Lã	413.000	725.239	412.743	440.418	329.270
Seda natural	474.083 (A)	50.634	7.903	16.863	6.535
Seda artificial	98 (A)	1.562.799	1.148.304	802.221	816.549

Fonte: *Estatística do comércio de cabotagem pelo porto de Santos*, 1935, 1939, 1941-1944; (A) dados referentes ao ano de 1935.

As conseqüências dessa conquista de mercados interestaduais não se refletiram apenas no aumento da participação das empresas de tecidos paulista no agregado têxtil doméstico. Mesmo quando se comparam aquelas com as fábricas internas totais, percebe-se aumento participativo das primeiras perante as segundas. Houve queda apenas no que se refere à variável *força motriz* (de 9,43 para 9,33%, isto é, decréscimo de -1,05%). Nas demais, observa-se ascensão: estabelecimentos (335%); capital (6,68%); operários (25,4%); e valor de produção (55,81% - Tabela 5).

Tabela 5 – Participação das indústrias têxteis paulistas no agregado fabril nacional (1928 e 1950)

	1920	1950
Estabelecimentos	0,40	1,73
Capital	9,09	9,70
Força Motriz	9,43	9,33
Operários	9,01	11,30
Valor da Produção	6,46	10,06

Fonte: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1928; e *Recenseamento Geral de 1950*.

Os dados da Tabela 5 ilustram o quanto o crescimento têxtil paulista foi considerável nos anos (19)30 e (19)40. As fábricas de tecidos do estado apresentaram, nesse período, desempenho superior às indústrias locais agregadas. Não se pode, portanto, interpretar a queda de participação relativa sofrida pelo ramo em São Paulo (Tabela 1) como indício de reduzido crescimento. De fato, as empresas paulistas produtoras de bens intermediários e de capital vivenciaram no período ascensões mais significativas do que as do setor têxtil. Estas, porém, em termos domésticos, também apresentaram fortes elevações produtivas, como provaram as Tabelas 2 e 5.

Vale lembrar, por último, que o crescimento têxtil paulista nos anos (19)40 não se deveu apenas ao processo substitutivo de importações, ao aumento do mercado interno e

às exportações de tecidos domésticas, mas também às vendas internacionais de artigos têxteis. Durante o conflito mundial, vários países dependentes da compra de bens de consumo não-duráveis das nações centrais foram obrigados a procurar novos fornecedores desses produtos. O Brasil muito se favoreceu nesse contexto. Pela primeira vez, o país apresentou em sua pauta exportadora quantidades consideráveis de bens manufaturados, essencialmente têxteis. A indústria paulista de tecidos, detentora da maior e mais bem preparada capacidade produtiva entre as demais, beneficiou-se enormemente dessa situação²⁰. Como se pode observar na Tabela 6, as vendas internacionais de tecidos paulistas praticamente inexistiam em 1937. Cinco anos depois, São Paulo exportava mais de 8.600 toneladas e de 100 milhões de cruzeiros deflacionados do produto.

Tabela 6 – Exportação têxtil paulista (1937, 1940-1945), em quilos e Cr\$ 1.000 deflacionados

	1937	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Algodão (1)	172.517	1.428.102	2.877.641	7.220.987	8.268.861	7.309.399	5.397.128
Algodão (2)	1.352	11.856	27.516	82.035	108.792	97.887	83.184
Lã (1)	471	8.555	130.158	300.167	179.355	86.823	212.793
Lã (2)	6	369	4.757	12.555	7.068	2.859	8.741
Juta (1)	0	275.789	838.725	1.129.878	4.436	529	0
Juta (2)	0	1.002	3.015	3.990	19	3	0
Seda Natural (1)	0	949	12.981	6.347	35.921	14.111	16.510
Seda Natural (2)	0	162	2.390	1.421	4.636	2.283	3.796
Seda Artificial (1)	0	10.090	8.547	39.400	89.116	62.774	130.046
Seda Artificial (2)	0	108	336	2.236	5.236	3.268	6.513
Total (1)	172.988	1.723.485	3.868.052	8.696.779	8.577.689	7.473.636	5.756.477
Total (2)	1.358	13.498	38.014	102.237	125.751	106.301	102.234

Fonte: *Estatística do Comércio do Porto de Santos*, 1937, 1940-1945 / (1) quilos; (2) Cr\$ 1.000 deflacionados. A série do índice deflator utilizado encontra-se nas seguintes obras: A. Villela e W. Suzigan, op. cit., pp.424-454; C. Haddad. *Crescimento do produto real brasileiro (1900-1947)*, p. 147-148. In: Flávio Rebelo Versiani e José Mendonça de Barros (org.). *Formação econômica do Brasil* Ed. Saraiva. São Paulo, 1977; e M. P. ABREU. *A Ordem do Progresso*, pp. 388-412.

Não há dúvida de que essa expansão exportadora também contribuiu para a solidificação da hegemonia da indústria têxtil paulista entre as demais fábricas nacionais do ramo. As maiores vendas realizadas durante a guerra pela primeira permitiram a

²⁰ Não se quer dizer, com isso, que a indústria têxtil paulista conseguiu abastecer satisfatoriamente as demandas externas suscitadas ao longo do conflito. Entre 1939 e 1945, várias foram as reclamações dos consumidores estrangeiros acerca da má qualidade do tecido brasileiro. Além disso, as fábricas de tecidos de São Paulo foram obrigadas, muitas vezes, a recusar encomendas, devido à impossibilidade de aumentar a produção. Para maiores informações, ver: Felipe Pereira Loureiro. *Nos fios de uma trama esquecida. A indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão*. Dissertação de Mestrado, FFLCH / USP, 2006, especialmente Capítulo 4.

obtenção de faustos lucros, os quais, apesar dos inúmeros usos improdutivo²¹, foram cruciais no sentido de viabilizar uma maior acumulação de capital para a mesma. Assim, no pós-guerra, as fábricas de São Paulo teriam melhores bases para substituir seu obsoleto e desgastado maquinário. As demais, diferentemente - excetuando-se raros casos, como as indústrias têxteis de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que se especializaram em tecidos de alto padrão, vendendo-os, inclusive, no mercado do Centro-Sul²² - poucos recursos teriam para se modernizar e, portanto, para concorrer em condições iguais com as paulistas.

3 – Os setores

Verifica-se que, entre 1928 e 1950, houve mudanças na participação relativa dos setores têxteis de São Paulo. As fábricas de algodão, apesar de ainda serem as mais importantes do ramo, viram seu domínio decrescer. Percebem-se quedas percentuais do subsetor em todas as variáveis apresentadas pela Tabela 7. Destaque, nesse sentido, foi a redução sofrida por tais empresas em termos de capital (-19,1%).

Tabela 7 – Participação relativa dos setores têxteis paulistas na indústria têxtil estadual (1928 e 1950), em %*

	Algodão		Juta		Lã		Malha		Seda	
	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950
Estabelecimentos	31,5	28,1	2	0,7	5,6	6,7	42,4	20,5	18,5	43,9
Capital	66,2	53,5	12,9	4,0	7,5	9,1	3,4	7,6	9,9	31,1
Operários	60,6	56,4	13	3,1	4,6	8,6	10,9	6,5	10,9	25,4
Força Motriz	74,6	60,6	10,8	3,4	5,2	7,2	3,8	2,4	5,5	26,4
Produção	49,9	47,8	15,3	3,2	13,1	11,0	10,2	6,7	11,6	31,3

Fontes: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1928; e *Recenseamento Geral de 1950* / * Todos os valores foram deflacionados. Utilizaram-se os mesmos índices indicados na Tabela 6.

Os setores da seda e lanífero apresentaram ascensão participativa, especialmente aquele. Em 1928, menos de 19% dos estabelecimentos têxteis do estado produziam bens

²¹ No caso das *sociedades anônimas* têxteis paulistas, inúmeros dividendos foram distribuídos aos acionistas nesse contexto. Para maiores informações, ver: Felipe Pereira Loureiro, op. cit., pp. 189-191.

²² Para maiores informações, ver: Antônio Barros de Castro. A industrialização descentralizada no Brasil. In: Antônio Barros de Castro. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Volume II. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1975, p. 107-158; e Maria Luiza Renaux Hering. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí. O Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Ed. da FURB, Blumenau, 1987.

de seda. Duas décadas depois, quase metade das fábricas paulistas pertenciam ao mesmo (Tabela 7). As ascensões das demais variáveis também foram significativas: capital (213,2%); operários (133%); força motriz (380%); e valor de produção (170%). Já, no que condiz aos lanifícios, nota-se que o crescimento da sua participação no total têxtil estadual foi menos considerável. Deve-se destacar, no entanto, sua elevação em termos do número de trabalhadores empregados (86,9%). Apresentou, porém, leve redução no que condiz ao valor produzido (-15%).

Os setores das malhas e da juta perderam participação relativa. O primeiro, porém, demonstrou acréscimo substancial no que tange ao capital aplicado (123%). Nas demais variáveis arroladas, observam-se quedas. O segundo, por sua vez, apresentou desempenho negativo em todos os requisitos. As empresas jutíferas, em 1928, perdiam apenas para as algodoceiras no que se referia ao capital aplicado, número de operários e força motriz. No ano de 1950, porém, o setor detinha as menores participações em todas as variáveis observadas.

Um dos principais fatores responsáveis por essa mudança na participação relativa dos setores têxteis paulistas foram os problemas de realização vivenciados por essas indústrias entre 1929-1932, 1938-1939 e 1945-1947. Estes evidenciavam, entre outros pontos, a inadequação da estrutura da procura doméstica para o consumo de *toda* capacidade produtiva de bens-salários das fábricas de tecidos locais.

Fazia-se necessário, portanto, uma modificação do próprio padrão de acumulação têxtil, que permitisse uma relação mais sustentável entre a estrutura produtiva setorial e a distribuição social da renda - esta de natureza historicamente desigual. Em outras palavras, tornava-se premente utilizar parte da capacidade produtiva para fabricar tecidos de luxo, capazes de suprir a demanda das classes ricas. Essa procura, antes satisfeita mediante importações, passou a ser direcionada para o mercado local em razão das dificuldades financeiras domésticas pós-crise de 1929. É com base nesse prognóstico que se deve compreender as modificações nas participações relativas no interior do ramo têxtil paulista durante as décadas de 1930 e 1940. O crescimento das fábricas produtoras de tecidos de algodão finos, de lã e, especialmente, das de seda devem, portanto, ser contextualizadas em algo mais amplo do que uma aparente mudança setorial.

Além dessas transformações, o interregno 1928-1950 também foi marcado por mudanças nos índices de produtividade e de concentração apresentadas pelo ramo têxtil paulista. Vê-se que, na maioria dos setores, houve decréscimo das relações capital - fábrica e trabalho - fábrica (Tabela 8). Isso demonstra que, em termos de capital, houve desconcentração nas empresas de tecidos estaduais. Exceção a esse quadro foram as fábricas laníferas, cujas variáveis citadas apresentaram acréscimos. Nesse caso, portanto, verificou-se concentração fabril.

Em termos de produtividade, porém, observam-se desempenhos menos homogêneos entre os setores. As empresas algodoeiras e produtoras de malhas apresentaram acréscimos, tanto no que se refere ao fator trabalho, quanto ao capital (Tabela 8). Nas fábricas de seda e de juta, vê-se que os crescimentos em um dos índices arrolados (trabalho e capital, respectivamente) foram compensados por quedas no outro. Nas laníferas, por último, nota-se piora em ambas variáveis. Era necessário, em 1950, investir 195% a mais de capital e 101% de trabalho nas empresas de lã para que as mesmas fabricassem o mesmo valor produtivo de 1928 (Tabela 8).

Tabela 8 – Índices de produtividade, de concentração e composição orgânica do capital da indústria têxtil paulista discriminada por setor (1928 e 1950)*

	Algodão		Juta		Lã		Malha		Sedas		Têxtil Geral	
	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950
(1) Capital – Fábrica	2.557	1.465	8.197	2.251	512	1.046	208	153	749	545	1.199	770
(2) Trabalho - Fábrica	565	238	1.278	500	110	153	63	38	113	68	257	92
(3) Capital - Trabalho	4,52	6,16	6,414	4,506	4,67	6,86	3,32	4,06	5,63	7,97	4,67	6,49
(4) Capital - Produto	0,75	0,58	0,478	0,354	0,15	0,43	0,42	0,35	0,49	0,52	0,57	0,52
(5) Trabalho – Produto	0,17	0,09	0,075	0,079	0,03	0,06	0,13	0,08	0,09	0,07	0,12	0,08

Fonte: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928; e Recenseamento Geral de 1950.* / * Todos os valores foram deflacionados. Utilizaram-se os mesmos índices indicados na Tabela 6.

Essa queda - ou mesmo a manutenção - dos índices de produtividade apresentados por alguns setores têxteis paulistas em 1950 está relacionada, entre outros aspectos, aos períodos correspondentes à vigência do decreto proibitivo da importação de máquinas (1931-1937) e à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em ambos, observaram-se sérias dificuldades no que tange à modernização do parque têxtil estadual. As consideráveis importações de bens de capital realizadas nos interregnos 1937-1939 e 1948-1950, por outro lado, não possibilitaram, nem de longe, uma renovação majoritária do maquinário

de tecidos paulista. Prova disso são as inúmeras demandas dos sindicatos patronais têxteis junto ao Governo Federal no sentido de incentivar a importação de máquinas mediante créditos com juros subsidiados, isenção de tributos e fomento à própria produção doméstica de bens pesados²³. Além disso, em estudo feito pela CEPAL no ano de 1951, constatou-se a obsolescência do parque têxtil doméstico, notadamente o algodoeiro, e a urgente necessidade de renová-lo²⁴.

Os acréscimos nos índices de produtividade dos setores algodoeiro e de malha entre 1928 e 1950 devem, por outro lado, ser contextualizados. Na verdade, vê-se que, em termos percentuais, tais elevações foram maiores para o fator trabalho do que para o capital. O crescimento absoluto no número dos operários de ambos setores e a racionalização de seus respectivos métodos produtivos foram, desse modo, mais importantes do que as aquisições, *per se*, de novos bens de capital no que tange aos acréscimos de produtividade. Lembra-se também que, em razão da legislação trabalhista, muito do que as empresas informavam ser componentes da variável *capital* ao término dos anos (19)40 referia-se, em partes nada desprezíveis, a melhoramentos fabris que não significavam, pelo menos no curto prazo, acréscimos em seus índices de produtividade (construção de creches, hospitais, habitações operárias, entre outros).

4 - A localização das fábricas

As fábricas têxteis paulistas apresentaram, além das modificações setoriais já analisadas, importantes alterações em termos espaciais. Vê-se na Tabela 9 que as indústrias do interior aumentaram sua participação no total estadual de maneira notável. A cidade de São Paulo ainda possuía, em 1950, a maior quantidade de estabelecimentos têxteis do estado (55,5%). Sua hegemonia nessa variável, porém, diminuiu bastante no interregno 1928-1950 (-25,5%). Já, por sua vez, no que condiz ao número de operários, percebe-se que as regiões interioranas, que detinham 40,4% dos trabalhadores totais em

²³ Sobre as demandas do patronato têxtil relativas à necessidade de renovação do maquinário do ramo mediante incentivos públicos, ver: SIFTRJ. *Conclusões da Segunda Convenção da Indústria Têxtil Brasileira*, 26.11.1949.

²⁴ Para maiores informações, ver: United Nations. Economic Commission for Latin America. *Productividad de la mano de obra en la industria textil algodonera de cinco países latinoamericanos.*, Naciones Unidas, Dept. de asuntos Económicos, Nova York, 1951.

1928, concentravam, duas décadas depois, mais de 51% dos mesmos. Observando-se a questão sob o viés dos setores, encontram-se situações parecidas.

Tabela 9 – Estabelecimentos e números de operários dos setores da indústria têxtil paulista na cidade de São Paulo e interior (1928 e 1950)

	Capital				Interior			
	Estabelecimentos		Operários		Estabelecimentos		Operários	
	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950
Algodão	50,0	29,1	46,7	29,2	50,0	70,9	55,3	70,8
Lã	85,7	76,7	66,7	88,6	14,3	23,3	33,3	11,4
Sedas	82,9	54,6	82,7	60,0	17,1	45,4	17,3	40,0
Malha	86,8	83,0	84,3	91,9	13,2	17,0	15,6	8,1
Total	74,5	55,5	59,6	48,1	25,4	44,4	40,4	51,8

Fonte: *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928; e Recenseamento Geral de 1950.*

Tabela 10 – Indicadores econômicos das indústrias gerais paulistas discriminados por região: Capital, Grande São Paulo (GSP) e Interior do estado (1950), em %.

	Capital	GSP	Interior	Total
Estabelecimentos	29,5	3,9	70,5	100
Capital	47,6	11,2	52,4	100
Operários	52,4	9,3	47,6	100
Força Motriz	43,6	12,4	56,4	100
Salários	60,3	10,2	39,7	100
Valor produção	51,7	10,9	48,3	100

Fonte: *Recenseamento Geral de 1950.*

Vale lembrar que esse processo de descentralização fabril têxtil também podia ser observado nas fábricas paulistas como um todo. Nota-se que as indústrias do interior do estado já superavam as da cidade de São Paulo, em 1950, no que condiz aos estabelecimentos (70,5%), ao capital aplicado (52,4%) e à força motriz (56,4% - Tabela 10). Percebe-se, em especial, a crescente importância da região da Grande São Paulo no que se refere às indústrias paulistas. Mais de 10% do capital, da força motriz, dos salários pagos aos trabalhadores e do valor de produção concentravam-se nessa área no ano de 1950 (Tabela 10). Várias empresas têxteis importantes localizavam-se no entorno da capital paulista. No que condiz ao ramo têxtil, destacam-se as fábricas produtoras de *rayon*. Em 1949, mais de 80% das empresas de seda artificial estavam instaladas na Grande São Paulo²⁵, como por exemplo a *Cia. Brasileira de Sedas 'Rhodiaseta'* (São

²⁵ Barjas Negri. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1889-1990)*. Editora da Unicamp, Campinas, 1996, p. 88.

Bernardo) e a filial das *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo* (São Caetano).

A descentralização espacial das indústrias paulistas está relacionada a diversos fatores. O menor custo da mão-de-obra rural contemplava apenas um deles. A melhoria da rede de transportes estaduais; a maior proximidade das fontes produtoras de matérias-primas e; especialmente, o surgimento das chamadas “deseconomias de aglomeração”²⁶ nas metrópoles (neste caso, na cidade de São Paulo) são outros fatores que também ajudam a explicar esse processo de dispersão espacial.

5 - Conclusões parciais

A indústria têxtil paulista apresentou significativas modificações no decorrer do período 1928-1950. Em primeiro lugar, houve consolidação da hegemonia da indústria de tecidos de São Paulo perante suas concorrentes domésticas. A lei proibitiva da importação de máquinas para o ramo, decretada em março de 1931, foi essencial nesse processo. Ela congelou posições relativas entre as indústrias de tecidos, favorecendo, dessa maneira, aquelas melhor preparadas para concorrência, isto é, as paulistas. Os dados do comércio de cabotagem têxtil demonstram o crescente domínio das fábricas de São Paulo perante as suas congêneres estaduais.

Para além desse aspecto, verificou-se, entre 1928 e 1950, a ocorrência de um processo de descentralização espacial, certa desconcentração produtiva e alterações nas participações relativas dos setores têxteis no agregado estadual. A cidade de São Paulo perdeu espaço para áreas interioranas; as grandes empresas, ao menos no que se refere ao número de operários, para as médias e pequenas; e o setor algodoeiro, dominante em 1928, para as fábricas de lã e, principalmente, para as de seda artificial.

Apesar da incontestável hegemonia no mercado doméstico, em grande parte conquistada em razão do decreto proibitivo de 1931, a indústria de tecidos paulista sofreu

²⁶ Segundo Barjas Negri, entende-se por *deseconomias de aglomeração* “ (...) um conjunto de variáveis, entre as quais se destacam os maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços e de infra-estrutura-urbana, incluindo-se outras que provocavam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios com tempo de transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, com deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, etc (...)”, as quais tornam mais rentáveis investimentos produtivos em áreas urbanas menores - localizadas no interior - do que nas metrópoles. Para maiores informações, ver: Barjas Negri, op. cit., p. 14-16.

com sérios problemas referentes à obsolescência de seu capital constante no final dos anos (19)40. As décadas de 1930 e 1940 caracterizaram-se por elevada ascensão produtiva do ramo de tecidos doméstico, embasada no processo de substituição de importações, o qual se fortaleceu devido à Grande Depressão (1929-1932) e à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste interregno, além disso, houve forte exportação de têxteis para países que deixaram de ser abastecidos pelas potências ao longo do conflito, concedendo, dessa maneira, maiores incentivos para a expansão produtiva local. O crescimento da produção, no entanto, não foi acompanhado pela elevação e, principalmente, pela melhora dos bens de capital têxteis internos. Entre os períodos 1931-1937 (decreto proibitivo da importação de máquinas) e 1939-1945 (Segunda Guerra Mundial), o ingresso de maquinário no país foi muito aquém do necessário, levando ao desgaste da capacidade produtiva existente.

Vê-se, portanto, que a burguesia têxtil paulista chegou ao final dos anos (19)40 com uma grande vitória e com um grande problema: conquistou mercados domésticos e, em razão disso, agigantou-se; por outro lado, encontrava-se com maquinário obsoleto e desgastado. A modernização produtiva do ramourgia, portanto, como premissa fundamental para a manutenção de taxas mínimas de crescimento. Caso contrário, além de perder os mercados internacionais conquistados conjuntamente durante a Segunda Guerra - devido ao retorno dos antigos produtores das potências centrais -, ela também poderia sofrer ameaças no próprio mercado doméstico. Dessa maneira, junto com a manutenção do forte crescimento dos ramos *pesados* nos anos (19)50, estavam abertas as condições, a partir de então, para a crescente queda participativa do ramo têxtil paulista perante o agregado fabril estadual e nacional.

Por último, percebeu-se que o estudo empírico sobre a indústria têxtil paulista demonstrou também que, nos anos (19)30, o ramo vivenciou certas transformações que só seriam percebidas nitidamente no setor fabril doméstico a partir da metade do século XX. A concentração fabril no estado de São Paulo, por exemplo, foi um fenômeno que, pelo menos que se refere às fábricas de tecidos, já se processava de maneira intensa na década de 1930. Da mesma maneira, o processo de desconcentração fabril espacial - que caracterizou a indústria paulista da metade para o final do século XX - já era perceptível no ramo têxtil paulista entre as décadas de 1930 e 1940.

A mudança no padrão de acumulação têxtil, mediante crescimento de setores responsáveis pelo abastecimento de classes sociais de média e alta renda (algodão fino, seda artificial, etc.), caracterizou-se como outra antecipação de tendência. Evidenciou-se, assim, uma característica que só seria vislumbrada na formação industrial brasileira a partir da metade da década de 1950 - especialmente após a administração Juscelino Kubitschek (1956-1961).

O peso da participação relativa do ramo têxtil de São Paulo no agregado industrial doméstico é, talvez, o principal fator explicativo para essas antecipações de tendências. A hipótese levantada no início do artigo - a de que um estudo das fábricas de tecidos paulistas entre as décadas de 1930 e 1940 seria essencial para a compreensão das transformações estruturais vividas pelo setor no período, em razão de seu peso participativo no todo fabril - sugere-se, portanto, confirmada.

Bibliografia

- AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.
- BARAT, Josef. O investimento em transportes como fator de desenvolvimento regional – Uma análise da expansão rodoviária no Brasil. In: *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1969.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Balanço da economia brasileira (1940-1980)*. LCTE Editora, São Paulo, 2006.
- BARROS, J. R. Mendonça de e GRAHAM, D. H. A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928-1937. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 11(1), abril de 1981.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1950*. Volume III – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Comércio de cabotagem do Brasil*. 1927-1928; 1933-1942; 1946-1947.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª Edição. Ed. da Unicamp, Campinas, 1998.
- _____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)*. Ed. da Unicamp, Campinas, 1998.
- CASTRO, Antônio de Barros. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1975.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 4ª Edição. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1991.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª Edição. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 2000.

- HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí. O Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Ed. da FURB, Blumenau, 1987.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida. A indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão*. Dissertação de Mestrado, FFLCH / USP, 2006.
- MATOS, Maria Izilda de Matos. *Trama e poder. Um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo / 1889-1934)*. SESI-DN, Brasília, 1994.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1994
- NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1889-1990)*. Editora da Unicamp, Campinas, 1996.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. Editora da Unicamp/Huitec, São Paulo, 1998
- RICCI, Fábio. *Origens e aspectos do desenvolvimento das indústrias têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha*. Tese de doutoramento, FFLCH / USP.
- SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (SAIC). Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio (DEIC). *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928-1937, 1938-1939, 1943 e 1944*.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- _____. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume 4. Ed. Difel, São Paulo, 1994.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origens e desenvolvimento*. Ed. Huitec / Ed. da Unicamp, São Paulo, 2000.
- STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.
- VERSIANI, Flávio Rabelo e VERSIANI, Maria Teresa R. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: Flávio Rabelo Versiani e José Mendonça de Barros (Org.). *Formação Econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. Edição Saraiva, São Paulo, 1977.

VILLELA, Aníbal e SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973.